Memórias da minha vida

José Reis Leitão – Lisboa

(...)

Recolhi depois ao Aljube, onde me foi permitida a segunda visita do meu irmão Armando e cunhada Maria de Lourdes (a primeira tivera lugar em 26 de Novembro) e no meu rosto ainda deviam ser bem visíveis os efeitos daquela provação e além disso a minha voz estava quase inaudível. E, como é de calcular, só podia falar de assuntos que fossem trivialidades, pois o pide de permeio entre as duas redes impedia qualquer outro tipo de conversa.

Nos chamados "curros" do Aljube tomei pela primeira vez contacto com uma realidade nova para mim que foi a forma de comunicar com detidos das outras celas contíguas à minha, ou seja um "telégrafo" à base de pancadas na parede (uma era o "A", duas o "B" e assim sucessivamente) e a passagem da mão pela parede significava o fim de uma palavra e o começo de outra. Para quem estava isolado, essa forma de comunicação fazia-nos sentir menos sós e dava-nos uma certa força.

Uns dias mais tarde fui transferido para uma sala bastante ampla onde estavam outros presos (estudantes, elementos afectos ao PCP e também à FAP – Frente de Acção Popular, de tendência maoísta). As condições prisionais já não eram tão duras (tínhamos direito a lençóis e a coberta da cama curiosamente dizia "Exército Português"...), já podíamos requisitar livros à família (o livro "Conceitos Fundamentais da Matemática" de Bento de Jesus Caraça não "passou" mas o livro de Física de Linus Pauling já "passou"...)

Nessa sala reencontrei o meu amigo António Rego, com quem muito aprendi pela vida fora (por vezes, como estávamos "demasiado" de acordo, um de nós defendia a tese oposta, só para tornar o diálogo mais estimulante...) e lá estavam também o António Melo, o Artur Gouveia (que era da FAP e tinha ficado mutilado num dedo da mão ao manusear o detonador de um explosivo), o Luís Salgado de Matos (que tinha a particularidade de estar quase sempre deitado, numa pose com o seu quê de místico, absorto em profundas meditações) e um militante do PCP com um nome verdadeiramente explosivo, o Joaquim Pólvora Garcia Labaredas, do Couço.

(...)

Entretanto o meu amigo António Rego (que se sentia como um pássaro encerrado numa gaiola) havia sido libertado e eu esperava sinceramente que o mesmo acontecesse comigo, uma vez que as situações eram idênticas.

Inexplicavelmente para mim tal não aconteceu – será que estava a pagar o "preço" de me ter assumido como opositor ao regime de Salazar?

Passou entretanto o Natal – e é particularmente duro passar essa quadra numa prisão – a desejada libertação não chegou e em 27 de Janeiro de 1965 fui transferido para Caxias, um forte com duas alas, uma para o sexo feminino e outra para o masculino. No meio era a entrada e a sala para as visitas dos familiares e aí a presença de ouvidos indiscretos era ineficaz pois com todas as pessoas a falar tornava-se bastante difícil ouvir e ser ouvido.

As salas eram também amplas mas as condições eram mais duras que a minha imediatamente anterior situação, ou seja a sala do Aljube.

Os detidos eram estudantes, elementos do PCP e da FAP, elementos do "caso de Beja" (assalto ao quartel daquela cidade por um grupo bastante heterogéneo de anti-situacionistas), camponeses (quase todos eles tinham sido brutalmente espancados na Pide, o que mostra que ela era selectiva em conformidade com o estracto social), uma pequena elite intelectual de engenheiros afectos ao PCP (entre os quais só me recordo do nome do Blasco Hugo Fernandes), indivíduos apanhados a tentar a saída do país "a salto" e, presumivelmente, os infiltrados para recolha de informações que interessassem à Pide.

Talvez por reconhecerem em mim capacidade de diálogo entre tal heterogeneidade de sensibilidades ideológicas, quando a norma era uma certa radicalização de posições, fui eleito várias vezes para as "comissões de sala" que tinham a seu cargo o saneamento de pequenos conflitos, a distribuição de tarefas (como por exemplo a limpeza das salas), a organização das aulas (em que umas vezes eramos professores e noutras alunos), sessões de uma hora de música (podíamos mandar vir do exterior gira-discos e discos, mas depois era preciso conciliar os gostos entre música clássica e ligeira, o que nem sempre era tarefa fácil...) e ainda a parte administrativa, em que nos quotizávamos para a compra de um jornal diário e outras despesas.

Também era permitido fazer diversos objectos com miolo de pão, sacos feitos com cordéis habilmente entrançados, peças de xadrês e damas, camafeus e outras coisas e para alguns desses trabalhos era improvisado um instrumento de corte implantando uma lâmina de barbear numa esferográfica, derretendo-a previamente um pouco com uma chama.

Recordo-me especialmente do José Luís d' Espinay que comigo cantava árias de ópera (à nossa maneira, é claro...) e com quem fazia parelha nas sessões de ginástica à base de abdominais, do Omar Karim (uma personalidade fascinante pela cultura geral que evidenciava e transmitia, sem quaisquer alardes de superioridade e que era um dos meus "professores"), do Carlos Saboga (que estava a iniciar-se como realizador de cinema), do Aguinaldo Cabral, do historiador Fernando Rosas e seu irmão Filipe, do Maximino Cunha, do Crisóstomo Teixeira (que foi secretário de Estado nos pós-25 de Abril), dos camponeses a quem ensinei as primeiras letras, enfim de todos os que comigo privaram e tornaram menos amargos os dias lá passados, tal como as visitas dos meus irmãos e cunhadas e ainda da minha namorada de então, a Maria do Carmo (a correspondência que com ela troquei bem como a dos familiares tinha de ser entregue e recebida já aberta, o que era mais uma das prepotências que tinhamos de suportar).

Entretanto o meu irmão Armando tinha conseguido arranjar-me um advogado para me defender (e fê-lo graciosamente, tal como os restantes advogados em relação aos outros arguidos) o Dr. Francisco de Sousa Tavares que, quando leu o libelo acusatório contra mim quase me garantiu a certeza da minha absolvição, uma vez que em nenhum ponto era afirmada a minha ligação ao PCP.

O julgamento teve lugar a 12 de Julho de 1965 no Tribunal Plenário da Boa Hora, presidido pelo desembargador Correia Barreto, assessorado pelos desembargadores Bordalo Soares e Serafim das Neves e sendo delegado do Ministério Público o Dr. Lopes de Melo.

Entre os advogados contavam-se nomes como Heliodoro Caldeira (pai do arguido Alfredo Caldeira), Abranches Ferrão, Mário Soares, Jorge Sampaio, Luís Francisco Rebelo, Salgado Zenha, Magalhães Godinho, Acácio Gouveia, Adão e Silva, Duarte Vidal, Paradela de Oliveira, Xencora Camotim e o já referido Francisco de Sousa Tavares. Tudo nomes ilustres do foro e alguns com carreira política posterior bem conhecida.

As testemunhas de defesa – para os 31 arguidos – era na ordem das centenas mas, curiosamente, só havia duas (!!!) testemunhas de acusação, dois pides que tiveram o dom da ubiquidade suficiente para presenciar todos os interrogatórios e todas as confissões de expontânea vontade (!!!) mas, quando por sua vez foram interrogados pelos advogados e não obstante a "mãozinha" que os juízes lhes deram, naturalmente fartaram-se de meter os pés pelas mãos.

Houve peças de oratória inesquecíveis, como por exemplo a que esteve a cargo de Heliodoro Caldeira, que deve ter falado salvo êrro umas seis horas seguidas! Mas, naturalmente, fiquei sempre profundamente grato ao Dr. Francisco de Sousa Tavares, casado com a poetisa que muito admiro Sophia de Mello Breyner e pai do mediático Miguel de Sousa Tavares.

O Dr. Sousa Tavares deu um autêntico "nó cego" ao pide que servia de "testemunha de acusação", a quem lançou primeiro uns quantos "engodos" atrás dos quais ele pressurosamente foi, até que, numa viragem com o seu quê de maquiavélico, explorou a fundo as contradições em que ele estava a incorrer. Depois, quase foi penoso ver o pide a debater-se na teia de aranha em que tinha sido apanhado.

Também divertido foi ver a cara de pasmo do Juiz quando o meu advogado afirmou a sua perplexidade de estar a defender um arguido que não era acusado concretamente de nada, nem sequer de pertencer ao PCP (a propósito, a Pide nos autos escrevia o nome do partido com letra minúscula, vá-se lá saber porquê). Aí, o Juíz foi ler (ou reler) o despacho de pronúncia constatando que, de facto, assim era. Logo aí deveria ser mandado embora mas não, tive de aguentar mais um mês exacto, que foi o tempo que durou o julgamento.

Simplesmente impressionante e comovente foi o depoimento do arguido Crisóstomo Teixeira, que relatou as duas séries de "tortura do sono" a que foi submetido que, salvo êrro, foram de uma semana de cada vez. Mas houve mais depoimentos corajosos relatando as provações que tinham experimentado.

A parte feminina dos arguidos só a conheci mesmo na sala do tribunal e, entre elas, destaco Sara Amâncio que se me afigurou uma moça muito valorosa e determinada, sem esquecer a Maria João Gerardo, a Teresa Pacheco Pereira, a Lígia Calapez Gomes, a Ana Massano de Amorim e a Maria Antonieta Coelho.

Entre as minhas testemunhas de defesa figuravam, entre outras, os meus colegas do Banco, Nuno Cabeçadas, Abel Rodrigues, Jorge Macieira e Vitor Fidalgo e o conterrâneo José Moura, e a todos eles quero uma vez mais expressar a minha gratidão pela coragem evidenciada, já que nesses tempos em que o medo reinava e os tentáculos da Pide e seus "bufos" pareciam abarcar todo o território, até ser testemunha de defesa de um preso político provocava escusas de toda a ordem.

No decurso do julgamento houve uma cena caricata de que foi protagonista o Delegado do Ministério Público, quando pretendeu dispensar uma testemunha de defesa (!!!), logo se levantando todos os advogados, como impelidos por uma mola (que eles me perdõem mas com as suas togas negras pareciam um bando de corvos a esvoaçar...), protestando pelo evidente atropelo às regras e pela incompetência que tal pedido evidenciava. Como um colegial apanhado em falta, o referido delegado lá retirou tão insólita pretensão.

(...)

Apesar de ter sido absolvido, ainda assim fui levado de novo para Caxias e só aí finalmente libertado.

(...)